

Praça Velha - Revista Cultural da Cidade da Guarda

Ano XII | N.º 26 | 1ª Série | Novembro 2009

Publicação Semestral

Edição Núcleo de Animação Cultural | Câmara Municipal da Guarda

Direção Virgílio Bento, *Vice-Presidente da Câmara Municipal da Guarda*

Coordenação Alexandra Isidro

Conselho Editorial Américo Rodrigues; Antonieta Garcia; António José Dias de Almeida; Helder Sequeira; José Manuel

Trigo Mota da Romana; Mário Cameira Serra; Vítor Pereira

Produção Executiva Ana Leonor Pereira da Silva, Ana Maria Barbosa e Paula Cristina Cunha

Fotografia da Capa Arménio Bernardo

I.S.S.N 0873-8343

Book design, tipografia & composição [TR] / Culturguarda, E.M.

Tipos de letra utilizados Adobe Jenson Pro by Robert Slimbach } Rockwell by Monotype Design Studio } Onyx by Adobe Regular }

Impressão Marques & Pereira, Lda

Tiragem 1000 exemplares

Telefone: 271 205540 | Fax: 271 205546
E-mail: cultura@mun-guarda.pt / nac.guarda@mun-guarda.pt

A Câmara Municipal da Guarda respeita os originais dos textos, não se responsabilizando pelos conteúdos, forma e opiniões neles expressas.

**Dos Monumentos Epigráficos
da *Civitas Igaeditanorum***

José d'Encarnação

Resumo

Explicita-se o conteúdo e chama-se a atenção para a importância histórico-documental do livro *Civitas Igaeditanorum: Os Deuses e os Homens*, da autoria de Ana Marques de Sá, editado em Julho de 2007 pela Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

A esse propósito, levantam-se novas questões acerca do documento epigráfico que assinala a doação àquela cidade romana de um relógio (*orarium*), reiterando a leitura *Tallius* como *nomen* do doador e salientando um dado até agora não consciencializado: o inusitado tipo de material em que a inscrição foi gravada.

O achado, no *ager Igaeditanus*, de duas aras a uma nova divindade indígena vem repor a questão da leitura da palavra *gentilitas* numa epígrafe do Monte de S. Martinho (Castelo Branco) e possibilitar o lançamento de outra hipótese de interpretação dos genitivos que identificam os *magistri* da referida inscrição do *orarium*, o que poderá lançar nova luz acerca da organização dos povos desta *civitas*.



O livro de Ana Marques de Sá, *Civitas Igaeditanorum: Os Deuses e os Homens* (Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, Julho 2007)¹ culmina largo processo de investigação e será, sem dúvida, ponto de partida para mais circunstanciada pesquisa não só em relação à *civitas Igaeditanorum* propriamente dita mas também no que concerne a toda esta área da Lusitânia romana.

A reunião num só volume das epígrafes que D. Fernando de Almeida pela primeira vez estudara em conjunto² com as que, ao longo deste mais de meio século, se foram identificando no seu termo irá, de facto, proporcionar renovadas reflexões. Ana de Sá apresentou já essa primeira síntese, no âmbito específico da singular onomástica e da sugestiva teonímia. Vasco Mantas³ interessara-se, de modo particular, pelo significado político-social dos dados a que tivera acesso e – recorde-se – Robert Étienne⁴ quis sublinhar o alcance político excepcional da oferta de um relógio (*orarium*) aos cidadãos igeditanos por parte de um notável emeritense.

Não foi fácil optar por um esquema editorial que minimamente atingisse os objectivos pretendidos face aos condicionalismos presentes: tratava-se de uma dissertação de mestrado (e não de doutoramento) e queria também privilegiar-se a apresentação condigna das excelentes fotografias com que o exímio profissionalismo de Delfim Ferreira, de sempre saudosa memória (que assim também se homenageia!), nos havia brindado.

Procurara Ana Paula Ferreira⁵ responder a uma questão que se nos afigurava pertinente: poder-se-ia saber se, através da análise da tipologia e dos textos dos monumentos funerários romanos achados no território da actual Beira Interior, predominava a inovação motivada pelos costumes trazidos ou fora a continuidade estética e estilística que, apesar dos contágios, lograra permanecer? Para a resposta, disponibilizámos a Ana Paula Ramos Ferreira os dados recolhidos por Vasco Mantas na missão empreendida em finais da década de 80 e que lhe haviam possibilitado também a ele as atrás referidas reflexões que publicou.

Por tudo isso, decidimo-nos por um esquema de fácil percepção e consulta: a ficha de cada um dos 280 monumentos em apreço, ordenados segundo o cânone mais habitual, ou seja: primeiro, as votivas, por ordem alfabética dos teónimos (independentemente de serem divindades ‘clássicas’ ou ‘indígenas’); depois, as honoríficas, as monumentais, as funerárias, as viárias, as indeterminadas, as anepígrafas e as falsas. Nas honoríficas e nas funerárias seguiu-se a ordem alfabética dos *nomina*, isto é, dos nomes de família, ou, na sua falta, do único nome identificativo.

Dá-se de cada monumento – além da fotografia – breve descrição, leitura interpretada e tradução, as dimensões, bibliografia (que se procurou que fosse exaustiva), variantes de leitura e brevíssimo comentário paleográfico.

Privilegiou-se igualmente a qualidade gráfica, pois que, apesar de ser uma obra científica, a excelência estética das ilustrações não se compadeceria, na verdade, com uma árida apresentação. Esmerou-se, pois, Vera Velez, que entendeu cabalmente o que a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, na sua qualidade de editora, pretendia.

Foi-me concedida a oportunidade de apresentar o volume, a 23 de Setembro de 2008, dia em que também foi inaugurado o ‘Arquivo Epigráfico de Idanha-a-Velha’, onde passou a figurar a quase totalidade das peças epigrafadas romanas mais significativas. Além dos muitos elementos didácticos informaticamente disponíveis no local de forma deveras aliante, haverá o respectivo catálogo e mais informação acerca do papel da Epigrafia como imprescindível fonte histórica.

Estamos, pois, cientes de que, doravante, será possível analisar globalmente todos os dados, compará-los, por exemplo, com a epigrafia da capital da província, *Augusta Emerita*, e reflectir sobre eles mais aprofundadamente.

Lógico: não se solucionarão de pronto todas as questões, algumas delas bem complexas, mas também os trabalhos arqueológicos que o Doutor Pedro Carvalho, em estreita colaboração com o Município, ali está a desenvolver, poderão, com efeito, trazer contribuições relevantes para a compreensão da vida de uma cidade de particular destaque no seio da Lusitânia romana. E corrigir-se-ão leituras e interpretações, ressaltando o que é de ressaltar. Os blocos arquitectónicos epigrafados, de que certamente outros mais se encontrarão no decorrer das investigações; a correcta integração das dezenas de *pulvini* identificados no aro da *civitas* e na região limítrofe; ⁶ o papel político e económico que a *civitas* deteve⁷ – constituirão, decerto, outros tantos temas a eficazmente abordar.

A inscrição do *orarium*

Um dos monumentos que continuará a ser estudado é, não há dúvida, o que ostenta a já citada oferta dum *orarium*.⁸ Pelo seu significado político, como sublinhou Robert Étienne, não apenas no quadro do conhecido estreito relacionamento entre as duas cidades⁹, mas também em questões linguísticas de não fácil aceitação numa epígrafe de carácter oficial. Valerá a pena, ainda que ao de leve, acrescentar três notas ao muito que já foi escrito.

Em primeiro lugar, reitero a minha convicção de que se deve ler *Tallius* e não *Iallius* como *nomen* do ofertante. Já o venho escrevendo desde 1991¹⁰ e manteve-se essa lição após cuidadosa análise do monumento, agora que foi limpo e retirado do caixilho em que, durante muitos anos, se preservou. Não foi, pois, sem alguma surpresa, que vi essa leitura ser contestada por Maria Manuela Alves Dias e Catarina I. Sousa Gaspar:

«Among *Tallius* and *Iallius* we prefer *Iallius*, as on S. Lambrino and R. Étienne. There are clearly engraved guidelines in the text; deciphering *Tallius* may have been a misinterpretation of the guideline above the *i*; *Iallius* is a rare Roman gentilic name, found in Campânia; J. d'Encarnação prefers *Tallius* rather than *Iallius*, as does F. Alves Pereira».¹¹

Estive presente na reunião científica onde essa comunicação foi apresentada – naturalmente sem a nota – e, por isso, não tive ocasião de manifestar às signatárias a minha discordância, baseada exclusivamente na referida análise do monumento. Por conseguinte, para melhor esclarecimento, junto aqui um pormenor da fotografia (foto 1): o espaçamento entre as letras e a maior profundidade do traço da barra horizontal do T são evidentes!¹²

Há, porém, um outro dado a que nunca se prestara atenção: o material dessa placa de inusitada espessura (10 cm) e polida nas suas seis faces. Félix Alves Pereira, o primeiro que se referiu ao monumento, informa que ele se encontrara, em 1905, entre os materiais romanos reutilizados na cerca medieval construída pelos Templários à volta da cidade e chama desde logo a atenção para a importância excepcional dessa «pequena lápide de xisto



Foto 1

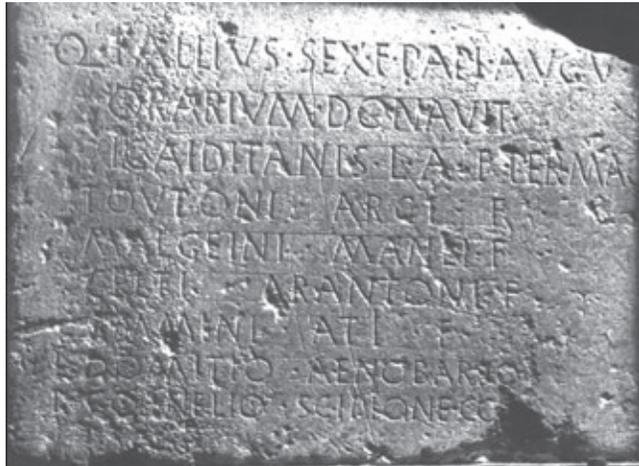


Foto 2

cinzento».¹³ Scarlat Lambrino, por seu turno, classifica-a como «placa de granito azul»¹⁴; D. Fernando de Almeida considerou-a «granito azulado»;¹⁵ e Ana de Sá manteve, por isso mesmo, a designação de «granito».

Contudo, observada agora em plena luz do Sol, afigura-se-me que se trata de uma rocha de tonalidade esverdeada, textura compacta e uniforme (a arredar, portanto, a classificação de xisto). À primeira vista, não se identifica pela cor com nenhum dos tipos de rocha vulgarmente usados, na época romana, aqui na Lusitânia. Quase me atreveria a aproximá-la dos mármore, mas só uma cuidada análise laboratorial do teor geológico nos poderá esclarecer, parecendo certo, porém, no actual estágio da pesquisa, que não é despendiça a possibilidade de ser, inclusive, alheia à Península Ibérica.

Sendo assim, também poderia justificar-se a ‘anomalia’ de os nomes dos magistrados virem em genitivo. Na verdade, a sua flexão e grafia pertence à onomástica indígena¹⁶ e o eventual lapicida ‘estranho’ não estaria minimamente familiarizado com ela, colocando formalmente em genitivo o que deveria estar em acusativo, a concordar com a expressão *per*

mag(istros) – e seguir-se-ia, em acusativo também, o nome de cada um, acompanhado do respectivo patronímico, como seria normal em 16 a. C., data expressa da epígrafe através dos nomes dos cônsules em exercício nesse ano, Lúcio Domício Enobarbo e Públio Cornélio Cipião. Já se voltará a este tema.

O termo da *civitas* e as suas gentes

Continuará decerto a discutir-se o limite entre o *ager Igaeditanorum* e o dos povos seus vizinhos, nomeadamente os referidos na conhecida inscrição da ponte de Alcântara. Não consta, todavia, que se haja, até ao momento, levantado a questão do seu limite sul, implicitamente aceite como sendo o rio Tejo.¹⁷

Por conseguinte, monumentos epigráficos encontrados no actual concelho de Castelo Branco deverão ser evocados, numa análise mais global.

Assim, poderá ter interesse reexaminar a problemática suscitada pelo epitáfio de *Boutius Pelli filius*, do Monte de São Martinho (freguesia de Castelo Branco), complementando esse reexame com um dado ainda inédito proveniente do mesmo território.

Baseando-me, é certo, como expressamente então referi, apenas na excelente fotografia que ilustrava a notícia publicada no *Jornal do Fundão*, edição de 15 de Fevereiro de 2002, p. 6, em local assinada pela jornalista, sua correspondente em Castelo Branco, Leonor Veloso, fotografia de que, gentil e prontamente, os colegas daquele jornal me facultaram cópia,¹⁸ ou sei sugerir uma leitura diferente da que Fernando Patrício Curado apresentara na edição de 24 de Abril de 2003 do jornal *Reconquista*, de Castelo Branco, p. 39, sob o título «Epigrafia latina de Castelo Branco».

Valeu-me a ousadia uma réplica de cerca de três páginas,¹⁹ em que, num estilo jocoso, haurido quicá nos bons manuais da melhor disputa científica, a lembrar os tempos áureos de Leite de Vasconcelos,²⁰ Fernando Patrício Curado demonstra que eu não tenho razão e que, portanto, na referida epígrafe há que ler-se *gent(ilitas) Ilaesuriorum* (p. 146, l. 9), e não *genti(s) Aesuriorum*, como eu propusera, «porque, naquele contexto não há outra hipótese». Ainda que, três linhas adiante, admita que «possam ser possíveis as leituras *Ilaesuriorum* e *Aesuriorum*», considera (e escreve-a a negro) «ser de manter a leitura que fiz e publiquei em 2003».

Mantenha-se – embora, se nos é dada a possibilidade de escolher entre *Ilaesuriorum* e *Aesuriorum* como nomes de uma *gentilitas*, seja grande a tentação de interpretar... *gentil(itas) Aesuriorum* – até para se ter em conta a paginação adoptada.

Sobre este assunto, nunca é de mais reler o que escreveu o Mestre, José Leite de Vasconcelos:

«Da existência de *gentilitates*, agrupamentos especiais, que, ao que parece, tinham por base a família, e que possuíam cultos próprios, falam várias inscrições da época romana: cf. *gentilitas Desonorum ex gente Zoelarum* no *Corp. Inscr. Lat.*, II, 2633. À *gens Pinton(um)* refere-se uma inscrição de Condeixa-a-Velha, incluída também no *Corp. Inscr. Lat.*, II, 365. Entrar a este respeito em pormenores não se pode, por causa da penúria dos elementos de informação».²¹

Ora, na verdade, duas aras identificadas num mesmo local do termo da *civitas Igaeditanorum*²² podem fazer pender a balança para a interpretação *gentilitas*, pois que, dedicadas à mesma divindade indígena, confirmam cabalmente – e, aqui, não há dificuldade de leitura, porque os textos se me afiguram claros – essa passagem de José Leite de Vasconcelos: a divindade tem o epíteto *Poltucea*; a *gentilitas* – este vocábulo, sublinhe-se, vem na epígrafe por extenso – de que é protectora é a dos Polturícios (*Polturiciorum*), etnónimo que verosimilmente se formou a partir do antropónimo *Polturus* – *Polturi Caenonis f(i)lii* – cujo voto fica cumprido com a erecção duma dessas aras.

Por consequência, mais uma vez se prova – pesem muito embora tantas opiniões contrárias, entre as quais se inclui a de Fernando Patrício Curado – que os epítetos das divindades indígenas (mormente de *Banda*, que é o maior pomo de discórdia) detêm carácter adjectival. Aceito, porém, que haja quem não perfilhe esta opinião – e nem quero (Deus me livre!...) impor a minha!

O texto destas duas aras levou-me, contudo, a uma outra hipótese de trabalho (repito: hipótese de trabalho), que deixo à consideração dos especialistas, a propósito dos ‘anómalos’ genitivos patentes na atrás referida epígrafe do *orarium* oferecido à *civitas Igaeditanorum*. E é a seguinte: não poderão esses antropónimos ali apresentados em genitivo, dependentes do vocábulo *magistros*, identificar – com o nome do elemento fundador ou preponderante – as *gentilitates* na altura constituintes da *civitas*? Seriam os *magistri* da *gentilitas* de *Toutonus*, da de *Malgeinus*, da de *Celtius* e da de *Amminus*, todos eles identificados com o seu patronímico, como *Polturi Caenonis f(i)lii*. Sendo assim, os genitivos estariam correctos! De facto, sempre nos tem causado um certo incómodo admitir erros gramaticais em texto tão solene...

E, caminho andado, uma certeza nos fica, perante o avanço dos estudos: o de que não há certezas absolutas! Muito pouco sabemos e o que hoje nos parece dogma amanhã um outro achado pode vir demonstrar-nos exactamente o contrário. Esta, aliás – e não outra, sem subterfúgios nem ambiguidades – a intenção da mensagem que eu pretendi transmitir no texto citado, que era de comentário a um artigo do Prof. Jorge de Alarcão, como se declara no resumo inicial:

«Tecem-se considerações acerca do artigo de Jorge de Alarcão, atrás incluído, acentuando, de modo particular, o grande valor que detém como teorizador de questões controversas e a circunstância de, neste campo, dada a exiguidade e complexidade das fontes disponíveis, se não poderem avançar respostas peremptórias. A inscrição de Monte de S. Martinho, que recentemente se deu a conhecer, pode ser aduzida como prova cabal do que se afirma».

A vida me tem ensinado que todos não somos de mais para fazer avançar o conhecimento histórico. Sem necessidade de abrir a caixa de Pandora – que essa já sabemos o que lá tem!²³

Notas:

- 1 ISBN: 978-072-8285-39-5.
- 2 ALMEIDA (D. Fernando de), *Egitânia, História e Arqueologia*, Lisboa, 1956.
- 3 Vejam-se os seus textos: «**Orarium donauit Igaeditanis**: Epigrafia e funções urbanas numa capital regional lusitana» *Actas del I Congreso de Historia Antigua Peninsular (Santiago de Compostela. 1986)*, vol. II, Santiago de Compostela, 1988, pp.415-39; «Evergetismo e culto oficial: O construtor de templos C. Cantius Modestinus», *Religio Deorum*, Barcelona, 1992, pp.239-249; «C. Cantius Modestinus e os seus templos», in RIBEIRO (J. Cardim) [coord.], *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, pp.231-234; «Cidadania e estatuto urbano na *civitas Igaeditanorum*», *Biblos*, IV, Coimbra, 2006, pp. 93-124.
- 4 «L'horloge de la *civitas Igaeditanorum* et la création de la province de Lusitanie», *Revue des Études Anciennes*, 94 (3-4), Bordéus, 1992, pp. 355-362.
- 5 *Epigrafia Funerária Romana da Beira Interior – Inovação ou Continuidade?*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia 34), 2004.
- 6 Cf., a título de exemplo, sobre esta questão: CARVALHO (Pedro C.) e ENCARNAÇÃO (José d') «O monumento romano da Quinta da Caneça (Salgueiro, Fundão)», *Eburobriga*, 4, Fundão, 2006, 91-98; e ÂNGELO (Maria João), «Pulvinus monumental da Torre dos Namorados (Quintas da Torre, Vale Prazeres, Fundão)», *Eburobriga*, 5, Fundão, 2008, pp. 85-89.
- 7 Veja-se, a título de mero exemplo, ENCARNAÇÃO (José d'), «O culto imperial na epigrafia da Lusitânia ocidental: novidades e reflexões», in NOGALES (Trinidad) e GONZÁLEZ (Julián) [edit.], *Culto Imperial: Política y Poder* (Actas do congresso realizado no Museu Nacional de Arte Romano, Mérida, 18-19.05.2006), Roma, pp. 349-367.
- 8 Tive ensejo de a incluir numa comunicação sobre questões de tempo na Lusitânia: «Mesurer le temps, mesurer l'espace dans la *Lusitania* romaine», in ANGELI BERTINELLI (Maria Gabriela) e DONATI (Angela) [coord.], *Misurare il Tempo Misurare lo Spazio* (Atti del Colloquio AIEGL – Borghesi 2005) [Bolonha, 20-23.10.2005], Faenza, 2006, pp. 79-95.
- 9 Cf. ENCARNAÇÃO (José d'), «*Emerita* e *civitas Igaeditanorum*: uma relação bem registada na epigrafia», *Eburobriga*, 1, Fundão, 2004, pp. 57-60. Sobre a minha interpretação da epígrafe aí referida se escreverá mais adiante.
- 10 In *Conimbriga*, 30, Coimbra, 1991, pp. 180-181.
- 11 «Roman or the indigenous. Some methodological aspects in assessing worshippers», in SARTORI (António) [coord.], *Dedicanti e Cultores nelle Religioni Celtiche*. Milano, 2008, pp. #1-8 (p. 4, nota 4).
- 12 Aliás, a foto inserida no livro de Ana de Sá (p. 61) e que ora aqui também se reproduz (foto 2) já era, por si, deversas elucidativa. Permita-se-me que, a talhe de foíce, recorde uma circunstância análoga por que passei: publicara eu a inscrição a *Aracus Aranius Niceus*, encontrada em Manique de Baixo (Alcabideche, Cascais), confirmada que fora a leitura inicial que fizera pela posterior identificação da epígrafe publicada por Emílio Hübner já no século XIX, quando eu a supusera inédita. E começaram a tecer-se comentários acerca da etimologia do teónimo *Aranius*. Quando, porém, em Agosto de 1986, se logrou fazer uma fotografia com melhores condições de iluminação e depois de a peça ter sido limpa e restaurada no Museu Monográfico de Conímbriga, verificou-se que, afinal, estávamos perante um T e não um I como todos até aí haviam lido: era *Aranto* o que estava na pedra! E isso veio permitir uma outra sugestão de interpretação para o teónimo: *Arantoniceus*. Assim progride a Ciência: aceitando os erros! Sobre esse monumento, ver: ENCARNAÇÃO, José d', *Roteiro Epigráfico Romano de Cascais*, Câmara Municipal de Cascais, 22001, inscrição nº 1, pp. 19-23.
- 13 PEREIRA (Félix Alves), «Hierologia de um povo da Lusitânia (O Deus Arentius)», *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, I, Lisboa, 1936, p. 442.
- 14 LAMBRINO (Scarlat), «Les inscriptions latines inédites du Musée Leite de Vasconcelos», *O Arqueólogo Português*, n. s., 3, Lisboa, 1956, p. 17.
- 15 O. c., 1956, p. 140.
- 16 Acentuou, aliás, Maria Manuela Alves Dias, ainda que não expressamente sobre este caso e se bem compreendo o seu raciocínio, que a latinização onomástica não implica necessariamente uma aculturação plena: cf. «Da latinização onomástica à romanização onomástica no processo de aculturação dos Igaeditani», *Symbolae Ludovico Mitxelena Septuagenario Oblatae* (quas edidit José L. MELENA), Vitória, 1985, pp. 557-565.
- 17 Assim, Jorge de Alarcão, num dos seus mais recentes textos a esse propósito, não levanta sequer a questão, tida, sem dúvida, como assente: cf. «Ainda sobre a localização dos povos referidos na ponte de Alcântara.

Lusitanos e romanos no Nordeste da Lusitânia». *Actas das 2.as Jornadas de Património da Beira Interior*, Guarda, Centro de Estudos Ibéricos, 2005, pp. 119-132 (nomeadamente, pp. 121-122).

- 18 Agradei essa gentileza em nota e acrescentei: «O original é da autoria de Fernando Patrício Curado, que deu cópia para os arquivos da Câmara Municipal de Castelo Branco, a cuja guarda o monumento se encontra». O texto em apreço tem a seguinte referência: ENCARNANÇA (José d'), «Da ambiguidade e da certeza», *Conimbriga*, XLII, Coimbra, 2003, pp. 117-128.
- 19 Parte da 143, a 144 e a 145 e parte da 146 no nº 5 (2008) de *Eburobriga*, revista do Museu Municipal do Fundão. Trata-se do artigo «Epigrafia das Beiras (Notas e correcções – 2)», *ibidem*, pp. 121-148, um texto deveras oportuno, há muito esperado, que retoma o projecto iniciado em 1985, onde se dão a conhecer inscrições inéditas da Beira Interior e se fazem notáveis correcções a textos epigráficos publicados.
- 20 Vide, a propósito, VASCONCELOS, José Leite de, *Deuses da Lusitânia (Resposta às Fantasias de um Censor)*, Lisboa, 1913.
- 21 VASCONCELOS, José Leite de, *Religiões da Lusitânia*, II, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1905, 1989 (reimp.), p. 78.
- 22 Permita-se-me que, por o estudo estar a ser feito pelo achador, eu não adiante pormenores, que a seu tempo serão exaustivamente publicados.
- 23 Este estudo foi realizado no âmbito da investigação do Grupo de Trabalho «Epigrafia e Imagens da Antiguidade e Época Medieval», do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (Unidade I&D 281 da Fundação para a Ciência e a Tecnologia).